



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 10 AGOSTO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Bom dia. Declaro abertos os trabalhos da Audiência Pública da Comissão de Administração Pública, que se realiza no dia 10 de agosto de 2013. Requerida por meio do requerimento 15/13, de autoria do nobre Mario Covas Neto, aprovado na reunião ordinária do dia 10 de abril, passado, com a finalidade de discutir o PL 415/12, de autoria do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio de 2011/2020. A audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade* de São Paulo, dias 7,8,9 e 10 de agosto, no *Jornal Diário de São Paulo*, dia 8 de agosto e no *Jornal Folha de São Paulo*, 9 de agosto. Os Srs. Membros da Comissão, Vereadores: Alfredinho, David Soares, Marquito, Atilio Francisco, Cel. Camilo e Mário Covas Neto.

O nobre Vereador Mario Covas, relator do projeto, a quem passo a presidência dos trabalhos para dar continuidade aos trabalhos. Foram convidados para a presente audiência a os Srs: Antonio Russi Callegari, Secretário Municipal de Educação; Herman Jacobus Cornelis, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; Rosania Morales Morrone, Subsecretária de Articulação Regional da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; João Paulo Faustini e Silva, Promotor do Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo; Fernanda Beatriz Gilda Silva Lopes, Promotora de Justiça da Infância e Juventude e Eduardo Dias de Souza Ferreira, Secretário da Promotoria da Justiça em Defesa dos Interesses Difusos e Coletivo da Infância e da Juventude; Marcos da Costa, Presidente da OAB; Diretor de Ensino do Município, André Luiz Bafume, Diretor Regional de Educação do Butantã; Marcelo Alves Nishikata, da Capela do Socorro; Alexandre da Silva Cordeiro, de Campo Limpo; Elio Araujo da Silva, da Penha; Antonio Rodrigues da Silva, de Pirituba; Paulo Gonçalo dos Santos, Santo Amaro; Lourdes de Fátima Paschoalotto Possani, São Mateus; Manuel Romão de Souza, São Miguel; Márcio Alexandre, Freguesia/Brasilândia; Edson Luiz Amario, Guaianases; Maria khadiga Saleh, do Ipiranga; Valter de Almeida Costa, Itaquera; Roselei Julio Duarte, Jacanã/Tremembé; Guiomar Mano de Melo, Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo; Rudinéia Alves Arantes, Coordenador da Comissão

Permanente dos Conselhos Tutelares; Lualinda Silva de Toledo, Comissão de Educação do Conselho Tutelar; Solange Agda da Cruz de Paulo Pinto, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente; Ismael Nere Palhares, Presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais; Claudio Fonseca, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal; João Alberto Rodrigues, Presidente, Especialista da Educação de Ensino; Neivaldo Augusto Zuvico, Coordenador Nacional de Acessibilidade Para Surdos; Ricardo Isidio de Oliveira, Presidente da Associação do SUS São Paulo; Ananda Gicalcio e Lindalva Feitosa Oliveira, Rede Nossa São Paulo e Prof. Márcio.

Neste momento Passo a Presidência dos trabalhos ao relator do PL 415/13, nobre Vereador Mario Covas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Bom dia a todos. Essa é a terceira audiência pública que realizamos para discutir o PL 415/12, que diz respeito ao Plano Municipal de Educação nos próximos dez anos. Essa audiência tem por objetivo atender uma reivindicação feita por um grupo de entidades que integram a Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo. As entidades são as seguintes: Ação Educativa, Profem, Associação Cooperapique, Fórum Municipal em Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente; Fórum para o Desenvolvimento da zona Leste; Fórum Paulista de Educação Infantil; Instituto da Mulher Negra; GT de Educação Rede Nossa São Paulo; Instituto Paulo Freire,; Movimento Negro Unificado; Sinesp – Sindicato Especialista em Educação. Fizemos também o convite, aprovado na Comissão de Administração Pública, para que essa audiência fosse compartilhada com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, cujo convite foi feito pessoalmente e também deliberamos na última reunião, enviamos ofício ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Vereador Reis.

“Considerando que o projeto de lei, de autoria do Executivo, que dispõe pela aprovação do Plano Municipal de Educação, da cidade de São Paulo, encontra-se em tramitação na Comissão de Administração Pública; considerando o pedido formulado pelas

entidades para a realização de audiências públicas e a deliberação desta Comissão do calendário dessas audiências com o propósito de promover um amplo debate sobre a proposta; considerando ainda ser de suma importância a participação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte na discussão do referido projeto, convidamos essa douta Comissão de Educação para participar conjuntamente com a Comissão de Administração Pública nas audiências públicas, conforme calendário anexo, bem como que a mesma indique um representante dentre os seus membros para que acompanhe o trabalho com o relator designado do projeto o Vereador Mario Covas Neto.” Assinado pelo Vereador Gilson Barreto, foi entregue no dia 8 de agosto, conforme protocolo.

Temos ainda agendadas e confirmadas três audiências: no dia 22 de agosto, na Câmara Municipal de São Paulo, das 19h às 21h, cujo tema é Valorização dos Profissionais da Educação, Gestão, Financiamento e Qualidade da Educação, Ensino Fundamental, Atendimento, Alfabetização, Educação Integral, Educação Infantil.

Na quinta, no dia 12 de setembro, também na Câmara Municipal de São Paulo, Educação de Jovens e Adultos e Superação do Analfabetismo, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Superior, Educação Inclusiva, Educação Ambiental, Desigualdades e Diversidades.

Finalmente, no sábado, dia 21, das 10h às 12h, seria na zona Sul, no CEU Cidade Dutra, Av. Interlagos, 7350.

Dito isso, anuncio a presença da Professora Ana Paula Pimentel, do CEI-CEU Jardim Paulistano.

O Vereador Gilson Barreto passou-me, para que todos tomem conhecimento, os objetivos principais do Plano Municipal, que são os seguintes: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das igualdades educacionais, melhoria da qualidade de ensino, formação para o mundo do trabalho, promoção da sustentabilidade socioambiental; promoção humanística, científica e tecnológica do Município; aplicação de

recursos públicos em educação resultantes de receitas de impostos, compreendidas provenientes de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e da educação inclusiva; valorização dos profissionais de educação; difusão dos princípios de equidade e do respeito à diversidade; fortalecimento da gestão democrática da educação.

Esses são os principais focos deste projeto de lei.

O SR. GILSON BARRETO – Vereador, além desta audiência pública, nós hoje também temos discussão a respeito da habitação na cidade de São Paulo e precisamos dividir cada Vereador da Comissão, somos sete, hoje cada um está numa atividade. Ficamos eu e o Vereador Mario Covas para cobrir esta audiência pública.

Todos nós estamos bem representados com o nosso relator, peço licença para ir a outra atividade, se houver tempo ainda volto aqui.

Depois entro em contato para ver se vocês estiverem discutindo, voltarei aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Muito obrigado, Vereador Gilson Barreto. O objetivo desta audiência é mais para colhermos informações e escutarmos as contribuições das pessoas com relação a esse Plano Municipal de Educação do que propriamente para fazermos uma exposição. Por isso, quem quiser fazer uso da palavra é só se dirigir à nossa Assessoria para se inscrever.

Passo a palavra aos meus companheiros de Mesa para que façam suas considerações. Por favor.

O SR. MARCIO ALEXANDRE MASELLA (?)- Bom dia a todos e a todas, ao Vereador Mario Covas Neto e ao Vereador Gilson Barreto, em nome de quem cumprimento a todos e à Mesa.

Este é um momento importante para nós, educadores da Rede Municipal, visto que a Educação tem um papel essencial no nosso Município, no nosso Estado e no nosso País.

Penso que essas audiências, agendadas pela Câmara, são importantes para que a população tenha conhecimento do que está sendo debatido no Legislativo, porque isso automaticamente será replicado à população da cidade de São Paulo.

Por isso, é com grande satisfação que parablenizo V.Exa, em nome da Diretoria Regional Freguesia do Ó e Brasilândia, e a todos os presentes, em nome da Eliana Pereira, uma vez que a assessora em seu gabinete. Penso que temos essa importante missão de discutir a Educação, já que estamos perto da Conferência Municipal de Educação, que se realizará na próxima semana, onde serão debatidos temas de interesse para esta Cidade, o Estado e o País.

Parabéns. Sejam todos bem-vindos. Obrigado.

A SRA. _____ - Bom dia. Sejam bem-vindos.

Primeiro, quero agradecer ao Vereador pela escolha do CEU Jardim Paulistano para realização de uma audiência pública. Esta Casa sempre esteve aberta, desde que assumi em janeiro, para realizar audiências, receber a comunidade e fazer a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Passo a palavra ao Sr. Mauro Alves, do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Sou do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública. Cumprimento o Vereador Mario Covas Neto e os presentes.

Estamos acompanhando todas as audiências públicas, onde estão aparecendo alguns temas diferentes, até para fazermos um contraponto. O nosso Movimento acompanha a Educação através da defesa dos pais, dos alunos e da comunidade, até porque a corporação tem os sindicatos.

Novamente, quero destacar que, na cidade de São Paulo, já houve uma discussão enorme sobre o Plano Municipal de Educação – já comentamos sobre isso com o Vereador Mario Covas. O PL 180/1999, que foi relatado, à época, pela Vereadora Ana Maria Quadros, tem muitos aspectos importantes. Foi feita uma discussão de quase seis meses e vários temas

foram mencionados lá. O projeto não foi aprovado porque o Prefeito, à época, considerou que a iniciativa não era do Executivo e ele foi arquivado. Nesse projeto havia um dado importante a se destacar que era a gestão democrática, isto é, a garantia de uma efetiva participação dos pais e dos alunos na eleição do Conselho de Escola.

Hoje em muitas escolas, são feitas eleições logo no primeiro dia de aula, sabe-se lá Deus como.

Quanto ao controle externo da escola, havia os fóruns regionais, um para cada diretoria de ensino, na área de atuação, só que eles não eram governamentais. Eram paritários, onde havia pais, alunos, professores e funcionários. Aí entrariam diretores, funcionários e dirigentes regionais. Não se confunda essa proposta de fórum, que falta ser incluída nesse novo PL, com esse fórum chapa branca, criado pelo Sr. Secretário Callegari, mediante portaria, no qual S.Exa. se autodenominou coordenador. Aliás, é importante se destacar que está esvaziada essa reunião, porque esse fórum chapa branca está boicotando a discussão desse PL. Temos um vídeo gravado, que depois vou encaminhá-lo para a Comissão de Educação. Nele o representante da Secretaria fez inclusive uma grave acusação contra um Vereador, dizendo que S.Exa. estaria sentado em cima do PL e não fazendo a discussão.

Por que estou falando isso? Porque hoje foi marcada uma reunião, no mesmo horário, das 9 às 17h, na Câmara Municipal, para se discutir a Educação Infantil. Esse é um dos motivos pelo qual está sendo esvaziado esse debate. Qual é o problema desse fórum chapa branca? Várias organizações que V.Exa. citou aqui estão lá, boicotando tanto essa discussão pública quanto trabalhando para se acabar com o conveniamento na Educação Infantil; porque há uma proposta corporativista para se garantir o sindicalismo. O convênio é outra forma de sindicalização. Não aceitam nenhuma proposta de eleição direta, nem para diretor de escola. Também não estão aceitando uma proposta que já existia, de se elegerem coordenadores comunitários. Na escola, há uma diferenciação. Há um coordenador pedagógico; um diretor, mais para efeitos burocráticos; e uma terceira proposta, para se eleger

um coordenador de assuntos comunitários, culturais, que faria um elo entre a escola e a comunidade.

Por último, destaco uma coisa interessante e grave. Existe o conselho, que era do Fundef, do Ensino Fundamental. Agora é o Conselho do Fundeb. Há um decreto, e se obrigam que representantes dos pais sejam eleitos pelos seus pares. Fizemos um requerimento formal para a Secretaria Municipal de Educação, e disseram que quem está indicando os pais é a Diretoria de Ensino. Já temos legislação, não se cumpre e ficam discutindo um plano municipal. Pelo que está se configurando, se depender da corporação, não haverá aprovação desse plano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas Neto) - Muito obrigado, Sr. Mauro Alves da Silva, do Movimento da Comunidade de Olho na Escola Pública.

Tem a palavra a Sra. Cristiane, da EMEI Anita Garibaldi.

A SRA. CRISTIANE – Bom dia a todos. Acredito que um dos objetivos maiores do plano seja ofertar uma educação de qualidade em todos os segmentos, mas, como professora de Educação Infantil, gostaria de saber como está a questão do número de alunos por sala. Têm sido tomadas algumas medidas que, em pouco, têm favorecido a qualidade. Então, gostaria de colocar para discussão como está a questão da redução do número de alunos por salas. Isso é extremamente importante tanto para a criança quanto para o professor, ao ser ofertada uma educação de qualidade.

Há também a questão dos agrupamentos mistos. Na teoria, é lindo e maravilhoso quando funciona, quando existe um número menor de alunos. Como educadores, vocês conhecem a Escola da Ponte. Funciona, mas a nossa realidade com 35 está bem aquém do ideal. Então falar de qualidade sem citar as coisas que são essenciais é muito vago.

Gostaria de saber também dos Vereadores sobre o projeto de lei 270, que fala acerca dessa redução. Como está esse projeto de lei? Por que ainda não foi apreciado,

votado? E qual o interesse da atual gestão em relação a isso? Quais são as propostas?

A gente sabe que os convênios são precários. Algumas instituições estão funcionando em casa. A questão de atender a demanda está muito maior. E aí, por causa da demanda, coloca-se de qualquer maneira, e estamos tendo apenas agrupamento de crianças, e educação mesmo está bem longe. Lá no nosso EMEI a sala de leitura deixou de existir para atender a demanda. A sala de informática deixou de existir para atender a demanda. É preciso construir novas escolas para atender a demanda, e não ficar cada vez mais agrupando crianças simplesmente por agrupar.

Também tem a questão da inclusão: chega uma criança com alguma necessidade especial, com alguma deficiência, que precisa de um olhar mais atento, mas você tem 34 alunos. Que inclusão é essa que está acontecendo? A criança só estar na escola? Estar por estar não é significativo, porque ela pode estar por estar em qualquer lugar.

Agradeço a oportunidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Gostaria de registrar a presença do Sr. Cláudio Rodrigues Mello, da Associação dos Moradores do Alto da Vila Brasilândia; da Sra. Leandra Cruz Gomes, que representa o Vereador Claudinho de Souza; e da Sra. Cristina Benedicto (?) Fernandes, da Diretoria Regional de Educação da Freguesia do Ó/Brasilândia; bem como a do Sr. Ivan José Rabello, do gabinete do Vereador Police Neto.

Tem a palavra o Sr. Cláudio Rodrigues, da Associação de Moradores da Brasilândia.

O SR. CLÁUDIO RODRIGUES – Bom dia a todos. Meu nome é Cláudio Rodrigues, sou morador da Vila Brasilândia, e faço parte da Associação dos Moradores do Alto da Vila Brasilândia.

Primeiramente, gostaria de parabenizar a Mesa, na pessoa do Vereador Covas.

Trago alguns pontos para compartilhar com vocês.

Fiquei sabendo desta audiência ontem à noite, através do *site* da Câmara

Municipal, e queria registrar a minha indignação referente à divulgação desta audiência, tendo em vista sua importância, já que trata da educação das nossas crianças. Infelizmente, temos poucas pessoas. Achei que estaria mais cheio. Melhor qualidade do que quantidade, mas seria bom unir quantidade com qualidade.

As escolas deveriam divulgar aos pais de todos os alunos, porque este é um momento ímpar para que os pais participem de uma audiência e digam o que pensam das nossas escolas, o que pensam da educação dada aos nossos alunos.

Infelizmente vemos crianças que vem sendo alfabetizadas que não sabem escrever. Dificuldade em aprender cada vez mais constante. Obtive em uma reunião essa semana, uma informação que o Prefeito Haddad está fazendo um plano de mudança na educação, gostaria de colocar a Mesa, se souber alguma coisa referente essa mudança, se não me engano, para dividir em três ciclos a alfabetização inicial. Da primeira a sexta série com repetência, se não me engano, na ultima, e assim sucessivamente. Se vocês tiverem alguma informação, gostaria de obter mais informações sobre o assunto. Outra questão que reforço, que o Mauro disse há pouco, a dificuldade da inserção da população dos pais nos conselhos das escolas. A primeira reunião, minha filha estuda em uma escola pública aqui no Jardim Guarani, no inicio do ano estive conversando com a professora e a diretora, porque gostaria de fazer parte do grupo do conselho de pais e mestre da escola. Reclamei que ano passado também tentei, não obtive resposta. Acredito que isso realmente reforça o que o senhor disse, que a diretora, que é do lado dela, nesse conselho, as pessoas que ela escolhe. Ela não quer abrir a população. A população vai reclamar para o conselho? Não é para passar a mão na cabeça de ninguém. O conselho é para trazer problemas juntos, levar esses problemas a diante. É algo que não poderíamos deixar de falar e de registrar. Ano que vem, vou novamente tentar fazer parte do conselho de pais e mestres da escola que minha filha estuda. E na próxima audiência estarei aqui e vou falar para vocês se mudou alguma coisa ou não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Apenas esclarecer, sua reclamação a respeito da publicação, foi lido na abertura, vou reler aqui apenas uma parte: Foi publicado o no Diário Oficial, a respeito dessa audiência nos dias 7,8,9 e 10 de agosto, no Jornal Diário de São Paulo no dia 8 de agosto, Jornal Folha de São Paulo dia 9 de agosto. Foram convidados para essa audiência publica uma serie de autoridades publicas, desde secretários de estado, promotores, OAB, diretores de ensino da Prefeitura do Município de São Paulo, de todas as regiões, conselhos de educação, sindicatos e associações. Essa audiência é uma reivindicação feita por meio de uma série de entidades que compõe a comissão executiva do plano de educação da Cidade de São Paulo, 12 entidades. Todas convidadas e convocadas para essa reunião. Hoje sou um vereador de oposição e há uma desconfiança do governo de que o meu papel é de criar obstáculos para esse projeto. A visão é de que, quanto antes sair daqui e for para comissão de educação, melhor, porque lá é dominado pelo Vereador do PT, como presidente, e por vereadores do PC do B, que tem influências nessas entidades. Há um boicote, para participação dessas audiências públicas.

Volto a dizer que elas foram marcadas em virtude do pedido dessas próprias entidades. Não estou fazendo coisas da minha cabeça e nem tampouco estou fazendo algo à revelia da Comissão de Administração Pública. Todas as audiências públicas foram aprovadas em reunião da Comissão da qual compõem sete Vereadores, inclusive, na sua grande maioria, Vereadores da base do Governo.

Infelizmente, parece-me que a questão da Educação está sendo colocada de lado. Em relação às questões que foram feitas por você e pela Cristiane sobre o que está acontecendo na Prefeitura, não tenho como responder a isso, mas penso que os representantes da Prefeitura na área da Educação podem dar alguma palavra e alguns planos que se pretendem implantar. Não sei se implantarão na medida em que a discussão possa levar a outro caminho.

Tem a palavra o representante da Diretoria de Ensino, que pode esclarecer melhor

esses pontos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Precisamos balizar as falas. Respeitamos a fala de todos os presentes, inclusive do nobre Vereador, mas tenho certeza de que o que está sendo colocado em prática por este Governo – e falo como representante da Diretoria e pelo Governo também – começará a aparecer no segundo semestre.

Tivemos um primeiro semestre de formação de governo e transição. Não estamos trabalhando com o nosso orçamento. É o orçamento da gestão passada e estamos fazendo algumas modificações, inclusive na Secretaria Municipal de Educação, a Diretoria de Orientação Técnica do DOT e do SME, enfim, algumas situações que estamos tomando pé na cidade de São Paulo.

Quanto à pergunta da reorganização curricular, ela será apresentada na quinta-feira pelo Prefeito Fernando Haddad e estaremos lá. Foi colocado à disposição para a comunidade e munícipes enquanto consulta pública para que todos da cidade de São Paulo pudessem opinar, sejam pais ou professores. O documento foi fechado recentemente.

Como estamos com tempo curto, convido você, pai, a ir à Diretoria da Freguesia do Ó/Brasilândia conversar comigo, com a Eliane e com todos os membros da Diretoria e te apresento o documento. Estaremos no lançamento desse documento na quinta-feira sobre a organização escolar que é necessária para a rede, até porque vimos em um desgaste muito grande sobre a compreensão do que é o ciclo e como vamos alfabetizar.

Lembro à professora que me antecedeu que suas críticas são válidas. Não é porque a gente é governo ou porque hoje não estamos na diretoria que não temos falhas, mas quero lembrar também que nesses oito anos pouco se investiu na Educação Infantil, no Fundamental 1 e no Fundamental 2.

Respeitamos as posições, mas sabemos que o Fundeb veio dar conta de situações que o Fundef não dava. O Fundef dava conta do Fundamental, mas não dava conta da Educação Básica como um todo. É importante que a gente comece a delimitar algumas

questões porque senão parece que o Fundef foi criado, o Fundeb desestruturou o Fundef, porém o Fundeb entrou com a cota da Educação Básica, inclusive no Ensino Médio e Educação Infantil.

Quero lembrar também que na Educação Infantil, professora, quem muito lutou por ela – seja as convenias, as diretas e indiretas, as creches – fomos nós, foi a ex-Prefeita Marta que incluiu a Educação Infantil, o CEI ou as creches, como queira, para a atual situação que estamos hoje.

Foi a Prefeita Marta que incluiu educação infantil, no caso CEI e creches, na atual situação em que nos encontramos hoje. Lógico, a história tem que ser revisitada porque eu estava em Brasília, e terça-feira estava acompanhando a aprovação do Plano Nacional de Educação, que vai respaldar, inclusive, aquilo que tanto solicita: plano de carreira e um número menor de alunos em sala de aula, que não é luta apenas de alguns partidos, mas nossa também.

Estava lá, mas infelizmente não foi aprovado o Plano Nacional, mas na terça-feira vai entrar em pauta e nós, enquanto entidade, educadores, é importante fazer pressão. Vereador, o senhor sabe como é, não é tão simples entrar em pauta uma votação. Só não teve aprovação do Plano Nacional, e vai incluir a educação infantil, vai dar respaldo ao que você falou porque não teve acordo na Liderança, porque o PT encaminhou.

Digo que é importante, mas fico triste porque essa plenária, e não digo que está esvaziada, porque há qualidade nas pessoas, e se não estão aqui é porque aconteceu alguma coisa. Falo porque este debate é fundamental, é para que possamos esclarecer quais os pontos, o que a audiência pública nos traz e o qual Educação nós queremos. Tenho certeza de que a partir do segundo semestre a questão da reorganização curricular, professora, do reagrupamento, vamos ter todas as discussões possíveis e imagináveis nas escolas.

O Prefeito vai lançar quinta-feira – eu até falei ao Vereador e eu não queria me antecipar porque foi fechado, porque o documento estava aberto à consulta pública, e as

escolas vão discutir maciçamente os DOTS – no caso da diretoria; e nas escolas que temos ligada à diretoria, nos GEIFS, nos espaços em que terão acesso à coordenação pedagógica, os professores, enfim. Toda a rede vai estar mobilizada para explicar qual é a proposta de reorganização curricular para que os pais também participem. Não adianta: nós, professores, e a Câmara chamarmos audiência se os pais não estiverem nas escolas, se não, fica uma discussão não necessariamente da sociedade, mas de educadores. É fundamental que a sociedade venha também.

A sua visão, pai, é fundamental. A sociedade precisa ocupar espaço nas escolas. E essa discussão sobre a reorganização, você, como todos aqui, estão convidados para irem à diretoria, vamos recebê-los e colocar em suas mãos os documentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas Neto) – Acho que a participação das pessoas é fundamental para que haja evolução, seja sem paixão partidária, sem qualquer preconceito. Só assim evoluímos e em qualquer setor. Mas na Educação fundamentalmente a discussão, se não acontecer não há avanço.

De minha parte, estou tentando fazer o meu papel ao fazer as audiências públicas, mas está sendo boicotada sim, apesar da representação. A última que nós fizemos tivemos de cancelar ante a ausência de participantes, apesar por ter sido solicitada por uma série de entidades.

De minha parte, como Vereador, fora desta comissão, estou absolutamente à disposição para ser canal condutor às reivindicações de qualquer pessoa da população. Fiquem à vontade para me procurar se você assim achar que é o caso. Mas como o presidente da Delegacia está se colocando à disposição, abrindo canal de comunicação, eu acho que é um bom caminho para que as coisas sejam resolvidas. Isso é importante, aproximar a administração pública da população, assim teremos certamente melhores resultados.

Há mais uma inscrita: Cristina Fernandes, da Diretoria da Freguesia.

A SRA. CRISTINA FERNANDES – Como ele acaba de citar que precisamos paixão, eu sou realmente uma apaixonada pela Educação, pela política. Por isso, depois de 31 anos na Educação, na região, eu acho que nós temos muito a avançar, quero contribuir para isso.

Vou inverter o papel em que fui anotando porque em uma das falas em que se falou da divulgação das ações, na diretoria o que percebemos – e estou há algum tempo, fiquei alguns anos como supervisora escolar, alguns anos afastada da minha função por problema de saúde, tive então experiência em diversas funções – que os professores, funcionários e pais devem saber o que acontece. Para isso nós já iniciamos, este ano, comunicação chamada Linha Direta DOT P. O nosso diretor pedagógico, César Augusto, tem recolhido e-mail de todos os professores da rede porque os professores não sabiam dos cursos. Só para este semestre oferecemos mais de duas mil vagas em diversos cursos que, com certeza, os professores não ficariam sabendo por dificuldades, ruídos de comunicação entre a gestão escolar e professores. Para isso pensamos uma comunicação direta com os pais dos alunos. Estamos avançando em relação aos professores, mas é outro o passo para que os pais dos alunos fiquem sabendo. Estamos nos esforçando bastante. E já para as inscrições dos cursos que tiveram as vagas esgotadas, no primeiro dia da abertura das inscrições percebemos que houve diferença. Tínhamos cursos esvaziados.

Em relação aos espaços das unidades ocupados pela demanda. Acho que a Cristiane está corretíssima. Conquistas que tivemos ao longo dos anos, como: sala de leitura, espaço da informática educativa, foram sendo retirados ao longo desses anos. Eu posso te afirmar que, lá dentro nos últimos quatro anos, era uma briga dentro da supervisão vencida em relação a isso. Não dá para esquecer. Tenho aqui colegas que foram professoras comigo, que eu já fui coordenadora, sabemos que esse espaço é educação integral. Não podemos perder de vista que educação não é só sala de aula e batalhar por isso. Agora, enquanto representante do Governo, não posso esquecer daquilo pelo qual lutei e temos tido essa

abertura. Dentro da DRE semanalmente temos um colegiado para discutir as dificuldades e levar também no papel da Eliana, enquanto diretora, para a Secretaria.

Em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais, que foi citado, há uma dificuldade geral na cidade. Não é só na nossa região, mas pelos dados estatísticos a nossa região tem um número maior do que outras da cidade. Então, trabalhar com esses alunos tem sido um desafio. A gente sempre fala: que inclusão é essa?

Nesse sentido, nossa diretoria também já avançou, e vocês vão sentir, já a partir desse semestre, que dobramos o número de pessoas do Cefai, que é aquele pedacinho do pedagógico, que vai às escolas ouvir, conversar com professores, pais, ver o diagnóstico dessas crianças e os encaminhamentos. Nosso diretor pedagógico, enquanto esteve como diretor de escola, informou-nos que em três anos teve somente uma visita desses profissionais. Ele sentiu na pele o que é trabalhar com essas crianças somente pelo bom senso ou pela teoria de que dispomos, e não por meio de um profissional especializado.

Então, nós já dobramos o número desses profissionais, e talvez vocês estejam recebendo nesta semana um *e-mail* dizendo que no quinzenalmente no mínimo – sendo que o objetivo é que seja semanalmente – esses profissionais que atendem as crianças com necessidades educacionais especiais estarão em todas as escolas. Essa já é uma ação de Governo. Isso estava no plano de governo do Fernando Haddad e está no Plano de Metas da nossa diretoria.

Sobre a reorientação curricular e essa reforma que está indo para Consulta Pública, através das reuniões com os diretores e coordenadores de escola foi apresentado documento e foram recolhidas sugestões para alterações. Ao longo desse semestre, foi levado ao Secretário da Educação todo esse material de sugestões de alteração para esse documento que traz três ciclos, que rediscute a progressão automática, entre aspas. Esse processo atende a todas as solicitações que as escolas enviaram.

Outra constatação ao longo desse tempo é que verbas de projetos do Ministério da

Educação não chegavam a São Paulo. Temos somente um exemplo, o do Mais Educação, cujas verbas foi custoso serem aceitas pelas escolas. Mesmo dentro da DRE, isso era tido como uma dificuldade: “É melhor não, dá trabalho para o diretor, vamos fazer apenas como uma divulgação”. Mesmo assim, nossa diretoria é, na cidade de São Paulo, a que tem o maior número de escolas no Mais Educação, que traz verbas e possibilidades de educação integral para nossos alunos. Além deste, outros tantos projetos do Ministério da Educação que envolvem verbas, que não chegavam às nossas escolas. O Vereador comentou sobre preconceito: realmente, não sei que preconceito impediu que a cidade de São Paulo participasse de projetos e que tivesse verbas. Como diz Fernando Haddad, nossa cidade merece, e vamos batalhar por isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Agradeço os esclarecimentos da Sra. Cristina Benedicte Fernandes, da DRE Freguesia/Brasilândia.

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves, último inscrito.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Boa tarde. Sou do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública e do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, fórum que existe desde 1993.

Não entramos muito em detalhes até para que, antes, tivéssemos ouvido os oradores. Em relação à educação infantil, Vereador Covas, é importante que a gente garanta a equiparação do *per capita* – tanto do público quanto da creche direta, porque temos a informação de que os trabalhadores das creches conveniadas trabalham 30% mais e recebem 30% menos do que os das creches diretas. Quando se faz a discussão, diz-se que a creche direta é muito cara. Ou seja, a criança é a mesma, mas existe um tratamento diferenciado. É bom lembrar que recentemente foi aprovada a obrigatoriedade do ensino a partir dos quatro anos, e não há condições de se atender a essa nova demanda através de construção direta.

Sobre a avaliação, é curioso que só se avalia o aluno, não se avalia a corporação. Inclusive estão querendo acabar com a Prova São Paulo. Isso precisa ser avaliado, porque,

apesar de o PL 415/12 institucionalizar a Prova São Paulo, o Sr. Prefeito diz que vai acabar com ela.

Quando se fala de progressão automática, é má-fé do corporativismo, porque o projeto vem desde antes do Governo Erundina. Primeiramente foi apresentado em Minas Gerais, em Belo Horizonte, e depois apresentado em Campinas, pelo Prefeito do PSDB. Só depois veio a Erundina. O problema é que toda vez em que não se ensina o aluno, joga-se nas suas costas a reprovação. Se tivesse recuperação paralela continuada ao longo do ano, praticamente não haveria reprovação.

Foi abordada a questão de governos passados. Não nos centralizamos nos governos até porque, acompanhando a educação há mais de 30 anos, teríamos de entrar em detalhes; alguns até obscuros. No caso citado do Governo Marta Suplicy, há um equipamento chamado Centro Educacional Unificado, que foi construído com o objetivo de se usar a verba da educação. Sempre fomos a favor de centros comunitários, mas desde que fosse com verbas da educação, da cultura e do esporte. Chegaram inclusive a usar verba da educação em três escolinhas CEUs. Não é o caso da dificuldade de atuação, mas, como em alguns CEUs há creches, não se pode usar a quadra de esporte ao longo do dia para não atrapalhar o sono das crianças.

Esse é um detalhe importante, porque se chegou a gastar 500 milhões de reais de manutenção por ano e, se não tivessem feito esse tipo de investimento com verbas da educação, poderíamos ter universalizado a educação infantil naquela época. Agora ela está atrasada em 10 a 20 anos.

Por último, queria chamar a atenção para a questão das diretorias de ensino. Apesar de falarem que as escolas estão sempre abertas, mas há muitas reclamações de pais que tentaram cinco, seis vezes atuar na escola e não conseguiram. Um exemplo é as Theodomiro Dias, no Butantã. Para participarmos de reunião de conselho de escola, tivemos de chamar a polícia porque a diretora não nos deixou entrar. Sendo que o regimento comum da

rede municipal garante a participação mesmo que a pessoa não tenha filho na escola.

Isso é para lembrar que não falo especificamente da Freguesia do Ó. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Márcio, da Diretoria de Ensino.

O SR. MÁRCIO – Penso que o objetivo de uma audiência pública é para se debater. Por isso, vou falar para toda a plenária, mas mais especificamente para o Mauro, que abordou a questão dos ciclos. Primeiramente, progressão continuada e ciclo são coisas distintas. A proposta da primeira implementação de ciclo foi no Governo Erundina, quando do Secretário de Educação Paulo Freire. Antes disso, não tínhamos o ciclo implantado em São Paulo.

O que se passou ao longo desses anos, de outras gestões é que o ciclo nunca foi debatido de fato nem na formação de professores. A proposta, a essência curricular do ciclo é o que vamos apresentar agora, na quinta-feira. Não se trabalha o ciclo sem uma formação de professores, que foi implementado inclusive com as jornadas de JEI, de JB, e outras jornadas inicialmente, com professor adjunto, sem necessariamente entender qual é a proposta de não passar a criança automaticamente, mas sim levar em consideração o seu desenvolvimento cognitivo e pedagógico e também de idade.

Estamos acompanhando dessa questão da regularização escolar, há uma necessidade de revisão, porque tudo muda, e tudo mudou. Na realidade, hoje há uma educação diferenciada, crianças que foram incluídas pela educação infantil. E há necessidade de se restabelecer por conta da reorganização curricular, da entrada dessas crianças e desses professores, hoje, na educação de nove anos, que até então quem implantou essa proposta de nove anos foi o MEC, o próprio Fernando Haddad, que era Ministro da Educação na época, e hoje é Prefeito de São Paulo.

E é óbvio, quando se tem uma cidade como essa, cujos índices de IDEB são dos

piores do Brasil, precisa-se fazer algo, daí a proposta de reorganização curricular.

Sr. Mauro, chamo a sua atenção, com todo o respeito, se você acompanha a escola pública, quero debater sobre a escola estadual. Depois da LC 836 implementada pela Rose Neubauer, a escola pública estadual acabou, porque lá não se discute ciclo, mas passa o aluno automaticamente. E já que você acompanha a escola pública, eu te convido para debatermos isso em outro espaço.

À necessidade, muitas vezes é copiada pela Secretaria Municipal de Educação modelos implementados na escola estadual, e os mentores das políticas estaduais nesses anos todos foram para a Prefeitura nas últimas duas gestões; e o resultado está aí, está posto. Então, a necessidade de se rediscutirmos a educação, através da reorganização curricular, política pública pelo Fundeb, política do Plano Nacional de Educação, das conferências nacionais de educação, e as municipais, está posta aqui.

É por isso, Sr. Vereador, que esta audiência também é fundamental, e estaremos presentes todas as vezes que o senhor nos chamar, porque é importante esclarecer a população que não se faz política apenas num município, mas no Estado, e federal. Uma coisa está aliada a outra.

Terça-feira próxima será a votação do Plano Nacional de Educação, que até hoje não foi votado. Isso impacta de forma estrondosa em nós aqui do Município inclusive. E a questão da Conferência Municipal de Educação está atrelada como será discutida em Brasília depois da aprovação de Conae e do Plano Nacional.

Então, penso assim: Quando se tira o cargo de coordenador pedagógico da escola, como fez a LC 836; quando não se reorganiza o currículo, que a LC 836 tirou da escola; e quando não se discute com a rede o que é o ciclo, precisamos fazer algo, e estamos começando a fazer.

É lógico que não se muda uma política de educação em dois, quatro ou oito anos, porque segundo pesquisa leva-se dez anos para se introduzir, de fato, uma ação que você

colocou lá em 1996, com a aprovação da LDB. Porque entramos no ano da educação e até hoje ele não findou. E só vamos findar quando a população tiver acesso para se discutir, de fato, o que precisamos para esta Cidade, e para o nosso país.

Estou à disposição para discutir as políticas do Município, mas quero discutir as políticas do Estado também. E o senhor perceberá que as políticas são muitas parecidas, e que infelizmente precisamos rediscutir quais são as legislações que não foram implementadas pela LC 836, inclusive o ciclo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O objetivo da audiência é muito mais escutar do que falar. Aqui é oportunidade de um debate, eu incentivo e estímulo que isso aconteça mesmo. A única coisa que não me agrada muito é quando o debate se transforma numa disputa política e numa questão de autoria de ideias. Acho que o debate tem de ter uma continuidade para se chegar ao melhor caminho.

Penso também que assim como em outras áreas, na educação muitas vezes se tenta traçar caminhos que dão certo ou não, e tem de ser encontradas outras soluções. Faz parte da evolução, por isso a importância do debate, que se rediscuta situações que não precisam ser perenes, mas que possam ser modificadas ao longo do tempo.

Tem a palavra a Sra. Leandra.

A SRA. LEANDRA – Bom dia a todos. Na verdade, estou aqui hoje representando o nobre Vereador Claudinho de Souza. Sou educadora, então, como acabou de dizer, a educação tem de deixar essa disputa partidária. E como o senhor disse, a política na educação não se faz em dois, quatro, ou oito anos, mas se aproveitar o que teve de bom há dois, há quatro, oito anos, e ampliar, aí sim avançaremos na qualidade da educação, porque hoje o que se avança é perdido daqui um semestre, na próxima gestão, que deixa de lado o que a outra gestão fez para deixar somente a sua marca.

A educação é para a sociedade. Então, temos de pensar o que tem de se melhorar

nessa questão da qualidade de ensino pensando na sociedade. Acredito que quando se falar na qualidade da educação temos a democratização e o acesso, mas temos de pensar o que se fazer realmente para a permanência, que é o foco principal para conseguirmos progredir nessa emancipação do cidadão.

E como todos sabem, o nobre Vereador Claudinho é muito regional, embora ele seja Vereador da cidade como um todo. Estive semana passada na Diretoria e disse para a Dirigente: Independentemente das questões políticas, a educação precisa de todos, e continuamos contando com o trabalho de vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Não havendo mais oradores inscritos, nem nada mais a ser tratado, encerraremos os trabalhos.

Agradeço a presença de todos e os convido para a próxima audiência, que ocorrerá no dia 22 de agosto, na Câmara Municipal de São Paulo, a partir das 19h até às 21h, onde serão discutidos: a valorização dos profissionais de educação; gestão, financiamento e qualidade de educação; ensino fundamental, atendimento, alfabetização, educação integral e educação infantil.

Solicito que todos compareçam e que convidem os demais colegas do setor a participarem. Gostaria que meu relatório final fosse consubstanciado com o que há de interesse das entidades e dos profissionais envolvidos, portanto a participação é absolutamente fundamental.

Eu não gostaria que amanhã o meu relatório não refletisse essa opinião. E isso pode acontecer à medida que as pessoas se recusem ou não tenham interesse de participar. Muito obrigado pela presença de todos.

Estão encerrados os trabalhos.